

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Cenário Macroeconômico

O ano de 2013 foi um ano de dificuldades crescentes para a economia brasileira, que continuou exibindo uma combinação adversa envolvendo baixo crescimento e inflação elevada. No contexto global, há um gradual processo de recuperação nas nações avançadas, mais atingidas pela crise financeira de 2008, enquanto os países emergentes têm exibido desempenhos mistos.

Os principais analistas, ao longo dos últimos anos, foram gradativamente reduzindo suas expectativas em relação ao PIB potencial do país. Ainda sem a confirmação do resultado final de 2013, a projeção é de que o crescimento do PIB tenha sido de 2,2% no ano. Com isso, a média dos últimos três anos ficaria no nível de 2%, ilustrando os limites ao crescimento da economia brasileira.

O setor industrial novamente teve um ano pouco favorável, mesmo que melhor em relação a 2012, sendo o segmento de atividade mais afetado pela perda de competitividade dos últimos anos. Até o mês de novembro, a produção industrial acumulava alta de 1,4% em 2013, recuperando apenas uma parcela do recuo de 2,7% observado no ano anterior. Já a agropecuária teve um ano extremamente positivo, com perspectiva de expansão de 8,2% do PIB do setor no ano em relação a 2012, quando choques de oferta causaram recuo de 2,1%. Pela safra plantada no final de 2013, o Brasil poderá ser o maior produtor e exportador mundial de soja, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. A produção brasileira esperada de 88 milhões de toneladas de soja para 2014 deve superar a safra dos EUA, de 85,7 milhões de toneladas, que está em fase final e foi afetada pela seca. Já o segmento de serviços manteve um ritmo modesto, com crescimento esperado de apenas 2,0%, praticamente o mesmo verificado em 2012 (1,9%).

O crédito apresentou uma evolução mais contida em 2013, embora com uma divergência importante de comportamento entre as operações livres e as direcionadas. Com dados até novembro, o estoque do crédito livre mostrou crescimento anual de apenas 7,8%, ritmo mais baixo desde 2002. Por outro lado, o crédito direcionado acelerou ainda mais em 2013, com expansão de 24,5% na comparação anual de novembro, puxada por operações de empréstimos imobiliários (PF) e via BNDES (PJ). A inadimplência entre as pessoas físicas apresentou um recuo importante ao longo do ano, de 7,9% em janeiro para 6,7% em dezembro.

No que se refere à política monetária, o Copom colocou a taxa Selic na casa dos dois dígitos novamente, 10,5%, após encerrar 2012 em 7,25% ao ano, o que representará maior ortodoxia na política econômica de combate à inflação e criará condições para que, de fato, a inflação comece a cair. Espera-se, ainda, que o dólar mantenha sua valorização diante do real, favorecendo a volta dos superávits em conta corrente, com o consequente aumento das exportações brasileiras. Projeções apontam uma taxa Selic de 11,00% ao ano no final de 2014 e 11,75% ao ano no final de 2015. Do ponto de vista inflacionário, o IPCA fechou 2013 com variação de 5,91%, pouco acima do observado em 2012 (5,84%). Porém, a abertura sugere uma deterioração adicional do comportamento da inflação, considerando a aceleração dos preços livres, que subiram 7,3%, ante 6,6% em 2012. Houve um claro represamento de preços administrados, com alta de apenas 1,5%, de 3,7% em 2012, embora parte desta distorção tenha sido minimizada em dezembro com o reajuste dos combustíveis. Ainda assim, a queda da tarifa de energia elétrica e o congelamento das tarifas de transportes públicos em importantes capitais tiveram peso significativo para evitar o risco de estouro do teto da meta.

Para 2014, os empréstimos devem avançar puxados por crédito imobiliário e consignado (com desconto em folha). Neste contexto, a perspectiva para bancos brasileiros é estável em 2014, uma vez que o desempenho da economia local ainda fraco deve impactar nas margens e qualidade dos ativos, fato que exige um portfólio de produtos diversificados para rentabilidade, contudo com perspectivas positivas com o evento da Copa do Mundo.

2. Bancoob

O Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob ou Banco) vem atuando fortemente em seu papel de agregar fatores de competitividade às instituições financeiras cooperativas, fortalecendo-as e contribuindo, assim, para o desenvolvimento do cooperativismo financeiro nacional. O resultado desse trabalho, sempre alinhado aos movimentos e evoluções do setor, reflete-se nos seus principais indicadores, cujo crescimento percentual permanece acima da média do mercado.

Adentrando em um novo momento da estratégia de atuação voltada para as instituições integrantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicob), o Bancoob reforça seu papel de apoiar as cooperativas em seu desenvolvimento. Para que essas entidades possam atender com qualidade às demandas provenientes da diversificação do público e dos mercados de atuação, bem como adaptar-se às novidades do mercado financeiro, o Banco investe constantemente no aperfeiçoamento de seus produtos, serviços e processos.

O ano de 2013 foi marcado pelo lançamento Cartão BNDES Sicob, uma modalidade de financiamento de longo prazo, voltada para micro, pequenos e médios empresários associados ao Sicob.

Além disso, encabeça o desenvolvimento e a disponibilização de soluções de negócios ajustadas às necessidades das cooperativas. Nesse âmbito, ganham destaque os projetos que estão sendo desenvolvidos para a criação de soluções sistêmicas nos segmentos de "crédito imobiliário" e "seguros". O Bancoob e a FD do Brasil Soluções de Pagamento Ltda – empresa pertencente ao grupo da First Data Corporation, líder global em soluções de processamento de pagamentos e comércio eletrônico – anunciaram, em janeiro 2014, uma parceria para atuação conjunta no mercado brasileiro de aquisição.

A parceria entre as instituições resulta na combinação de duas forças que se somam e se complementam: de um lado o Bancoob, com sua forte experiência no mercado local e acesso, por meio das cooperativas do Sicob, a mais de 2,5 milhões de cooperados, sendo 300 mil pessoas jurídicas, e de outro lado a First Data e sua liderança global em serviços avançados de processamento de pagamentos, com presença em mais de 34 países. A aliança trará ao país serviços de pagamentos eletrônicos mais modernos e simples, disponíveis a todos os comerciantes e profissionais liberais do Brasil, participantes ou não do sistema cooperativo.

3. Performance

O Bancoob encerrou 2013 com ativos totais consolidados de R\$ 18,12 bilhões, aumento de 21,97% em relação ao ano anterior, destacando-se:

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM

Com montante de R\$ 10,13 bilhões em 2013, tem expressiva participação de títulos públicos federais em sua composição (LFTs, LTNs e NTNs), o que equivale a 66,08% do total. Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento", no valor de R\$ 86 milhões, estão amparados por estudos de capacidade financeira.

b. Operações de crédito

A carteira de crédito totalizou R\$ 6,69 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 31,97% em relação a 2012. Na composição total, destacam-se as linhas de BNDES, Funcafé, Crédito Rural - Recursos Obrigatórios e Poupança Rural.

As operações realizadas com recursos próprios apresentaram desempenho positivo. A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e tradicional), por exemplo, atingiu o valor de R\$ 271,89 milhões, aumento de 14,40% em relação a 2012.

O segmento de cartões registrou aumento da movimentação financeira da carteira, atingindo R\$ 5,21 bilhões no período, um crescimento de 53% em relação ao mesmo período do ano anterior.

c. Captações

Os depósitos, congregados com a carteira de operações compromissadas, alcançaram, em 2013, o valor de R\$ 15,40 bilhões, um aumento de 18,73% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o comprometimento do Bancoob em ser veículo de aplicação dos recursos oriundos das cooperativas do Sicob. A Poupança Cooperada fechou o exercício somando R\$ 1,94 bilhão, com crescimento de 31,22% em relação a 2012.

d. Processamento de serviços

O Bancoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou durante o ano 203.927.641 documentos, número este 10,02% superior ao do exercício anterior.

e. Novos convênios

Em 2013 vários novos convênios de arrecadação corporativos foram adicionados ao portfólio do Sicob. Merece destaque a formalização do contrato com a SEFAZ SP, DETRAN PR, a autorização para arrecadação de tributos de diversas Prefeituras como a de São Paulo, Divinópolis (MG), Santo André (SP) e convênios diversos tais como RGE Energia Elétrica do RS, Energisa (SE), Saneamento ATS Tocantins, DAAEs no interior de São Paulo, CASAL (AL), entre outros.

4. Gerenciamento de riscos

a. Risco operacional

As diretrizes para gestão de riscos operacionais encontram-se registradas na Política de Gerenciamento de Riscos Operacionais, que foi aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos e Riscos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. Os resultados são apresentados ao Colegiado da Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional.

b. Riscos de mercado e de liquidez

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 11º da Resolução CMN 3.721/2009.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez define a adoção dos seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado;
- análise de descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
- limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtests dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- limite mínimo de liquidez;
- projecção do fluxo de caixa para 90 dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress;
- planos de contingência.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.464/2007, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

c. Risco de crédito

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Crédito, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 11º da Resolução CMN 3.721/2009.

O risco de crédito decorre da probabilidade de uma contraparte não honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de atribuição de limites de crédito, visando manter a boa qualidade de sua carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos de classificação de riscos, garantindo a constante atualização dos pesos e das variáveis consideradas.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- procedimentos para a recuperação de créditos;
- sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema.

As normas internas de gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicob.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de risco de crédito.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/2009, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

5. Estrutura de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital no Bancoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicob, à qual o Bancoob aderiu formalmente por decisão da Diretoria e do Conselho de Administração.

Além de dispor de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Bancoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de Capital.

6. Patrimônio líquido e resultado do exercício

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 alcançou o montante de R\$ 580,84 milhões, o que representa um crescimento de 25,27% em relação ao ano anterior.

O lucro líquido no exercício foi de R\$ 46,88 milhões, com retorno anualizado de 8,86% sobre o patrimônio líquido médio do ano.

7. Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, pela confiança na atual administração; ao Sicob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicob, pela parceria no cumprimento dos objetivos sistêmicos; e aos colaboradores do Bancoob, pela dedicação e compromisso.

AAdministração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Ativo				
Circulante	12.602.377	10.834.594	12.608.000	10.840.965
Disponibilidades (Nota 5)	3.743	9.538	3.744	9.542
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	6.283.925	5.292.675	6.283.925	5.292.675
Aplicações no mercado aberto	4.996.053	4.223.097	4.996.053	4.223.097
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.287.872	1.069.578	1.287.872	1.069.578
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	2.189.730	1.697.578	2.192.811	1.701.041
Carteira própria	257.903	498.364	260.984	501.827
Vinculados a compromissos de recompra	337.632	568.108	337.632	568.108
Vinculados à prestação de garantias	1.594.195	630.850	1.594.195	630.850
Instrumentos financeiros derivativos	-	256	-	256
Relações interfinanceiras	464.055	329.628	464.055	329.628
Pagamentos e recebimentos a liquidar	566	577	566	577
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	463.436	329.018	463.436	329.018
Relações com correspondentes	53	33	53	33
Operações de crédito (Nota 8)	4.167.880	3.235.762	4.167.880	3.235.762
Operações de crédito - Setor privado	4.180.526	3.246.412	4.180.526	3.246.412
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.646)	(10.650)	(12.646)	(10.650)
Outros créditos	700.855	250.173	703.396	253.073
Rendas a receber	21.448	13.790	22.024	14.351
Diversos (Nota 21a)	682.950	236.383	684.915	238.722
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(3.543)	-	(3.543)	-
Outros valores e bens	20.576	19.240	20.576	19.244
Outros valores e bens	634	560	634	560
Despesas antecipadas	19.942	18.680	19.942	18.684
Não circulante	5.519.400	4.022.970	5.511.927	4.015.479
Realizável a longo prazo				
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	28.299	-	28.299	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	28.299	-	28.299	-
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	1.624.416	2.060.553	1.624.416	2.060.553
Carteira própria	640.017	366.179	640.017	366.179
Vinculados a compromissos de recompra	47.075	408.918	47.075	408.918
Vinculados à prestação de garantias	937.324	1.285.456	937.324	1.285.456
Operações de crédito (Nota 8)	2.519.962	1.831.770	2.519.962	1.831.770
Operações de crédito - Setor privado	2.541.370	1.854.819	2.541.370	1.854.819
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.408)	(23.049)	(21.408)	(23.049)
Outros créditos	44.520	56.819	45.003	57.178
Diversos (Nota 21a)	44.551	56.819	45.034	57.178
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(31)	-	(31)	-
Investimentos	16.332	16.053	7.897	8.117
Participações em coligadas e controladas (Nota 10)	16.132	15.853	7.685	7.777
Outros investimentos	200	200	212	340
Imobilizado (Nota 11)	55.722	56.813	55.959	56.897
Imóveis de uso	55.914	55.914	55.914	55.914
Outras imobilizações de uso	18.194	17.540	18.551	18.231
(-) Depreciações acumuladas	(18.386)	(16.641)	(18.506)	(17.248)
Diferido	-	1	240	1
Gastos de organização e expansão	-	3.495	244	3.495
(-) Amortizações acumuladas	-	(3.494)	(4)	(3.494)
Intangível (Nota 12)	1.762	961	1.764	963
Softwares	5.521	4.349	5.523	4.351
(-) Amortizações acumuladas	(3.759)	(3.388)	(3.759)	(3.388)
Total do ativo	18.121.777	14.857.564	18.119.927	14.856.444

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	BANCO			CONSOLIDADO		
	2º Semestre	Exercícios		2013	Exercícios	
	2013	2013	2012	2013	2013	2012
Receitas da intermediação financeira	727.359	1.299.901	1.085.668	1.299.901	1.085.668	
Operações de crédito	251.547	465.594	400.654	465.594	400.654	
Resultado com títulos e valores mobiliários	465.331	816.677	648.687	648.677	648.688	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 7b)	-	-	23.260	-	23.260	
Resultado das aplicações compulsórias	10.481	17.630	13.067	17.630	13.066	
Despesas da intermediação financeira	(600.795)	(1.059.973)	(903.135)	(1.059.320)	(902.557)	
Operações de captação no mercado	(580.370)	(1.013.187)	(849.591)	(1.012.534)	(849.013)	
Operações de empréstimos e repasses	(19.945)	(37.935)	(42.068)	(37.935)	(42.068)	
Provisão para créditos liquidação duvidosa (Nota 8e)	(480)	(8.851)	(11.476)	(8.851)	(11.476)	
Resultado bruto da intermediação financeira	126.564	239.928	182.533	240.581	183.111	
Outras receitas (despesas) operacionais	(102.346)	(167.672)	(95.119)	(169.297)	(96.848)	
Receitas de prestação de serviços (Nota 21d)	98.584	185.120	147.001	201.044	159.365	
Rendas de tarifas bancárias	42	87	81	87	81	
Despesas de pessoal (Nota 21e)	(31.901)	(59.030)	(51.983)	(64.012)	(57.269)	
Despesas administrativas (Nota 21f)	(69.879)	(141.106)	(114.567)	(150.374)	(120.028)	
Despesas tributárias (Nota 17d)	(53.870)	(65.364)	(18.650)	(67.073)	(20.206)	
Resultado de participações em controladas (Nota 10)	1.333	2.886	3.132	1.151	1.312	
Outras receitas operacionais (Nota 21g)	18.477	29.127	32.933	29.450	33.102	
Outras despesas operacionais (Nota 21h)	(65.132)	(119.392)	(93.066)	(119.569)	(93.205)	
Resultado operacional	24.218	72.556	87.414	71.284	86.263	
Resultado não operacional (Nota 21i)	949	1.369	1.406	3.124	3.277	
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	2					

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	BANCO			CONSOLIDADO	
	2º Semestre	Exercícios		Exercícios	
	2013	2013	2012	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido ajustado	26.024	83.925	102.009	86.638	104.732
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	25.167	73.625	88.820	74.408	89.540
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	-	(112)	-	(112)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	480	8.851	11.476	8.851	11.476
Despesas de instrumentos híbridos de capital e dívida	874	1.607	2.878	1.607	2.878
Depreciações e amortizações	1.215	2.411	2.527	2.441	2.547
Resultado de participações em controladas	(1.333)	(2.886)	(3.132)	(1.151)	(1.312)
Amortização do ágio de participações em controladas	478	1.243	1.316	1.243	1.316
Juros pela venda do imobilizado	(1.375)	(2.488)	(2.884)	(2.488)	(2.884)
Variação nos resultados de exercícios futuros	(25)	11	(13)	11	(13)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	543	1.551	1.133	1.716	1.286
Diminuição/aumento de ativos:					
(Aumento) das aplicações interfinanceiras de liquidez	2.629.457	(52.031)	(1.332.646)	(52.031)	(1.332.646)
Diminuição de títulos e valores mobiliários	(377.900)	(55.811)	128.380	(55.430)	127.206
Diminuição das relações interfinanceiras e interdependências	(232.475)	(119.880)	(40.304)	(119.880)	(40.304)
Aumento das operações de crédito	(704.062)	(1.629.161)	(773.091)	(1.629.161)	(773.091)
Aumento de outros créditos	(213.080)	(434.208)	(58.768)	(433.993)	(60.084)
(Aumento) diminuição de outros valores e bens	(37)	(1.336)	445	(1.333)	442
Aumento (diminuição) de passivos	78.712	350.160	23.724	348.798	26.004
Imposto de renda e contribuição social (compensados)	(4.898)	(24.519)	(36.087)	(25.204)	(36.736)
Aumento de depósitos	646.314	2.717.715	2.697.059	2.718.104	2.695.588
Aumento (diminuição) das obrigações por operações compromissadas	(3.456)	(288.346)	(149.094)	(288.346)	(149.094)
Aumento (diminuição) dos recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	767	1.328	1.022	1.328	1.022
(Diminuição) aumento das obrigações por empréstimos e repasses	328.963	345.092	65.090	345.092	65.090
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.174.329	892.928	627.739	894.582	628.129

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Investimentos em participação societária	-	-	(558)	(13)	(558)
Dividendos de coligadas	-	1.364	365	-	-
Alienação de investimento	-	-	-	141	-
Alienação de imobilizado de uso	13	34	434	43	434
Aquisição de imobilizado	(679)	(983)	(1.127)	(1.170)	(1.150)
Aplicação no diferido	-	-	-	(244)	-
Aquisição de intangível	(494)	(1.172)	(163)	(1.172)	(165)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.160)	(757)	(1.049)	(2.415)	(1.439)

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

Aumento de capital social	50.387	120.701	45.952	120.701	45.952
Aquisição de ações de própria emissão	(551)	(551)	-	(551)	-
Dividendos Distribuídos	(50.040)	(50.598)	(36.131)	(50.598)	(36.131)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(204)	69.552	9.821	69.552	9.821
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	2.172.965	961.723	636.511	961.719	636.511
Modificação na posição financeira					

Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	2.172.965	961.723	636.511	961.719	636.511
No início do semestre / exercício	1.318.792	2.530.034	1.893.523	2.530.038	1.893.527
No final do semestre / exercício	3.491.757	3.491.757	2.530.034	3.491.757	2.530.038

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob ("Bancoob"; "Instituição" ou "Banco") é um banco comercial constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central" ou "Bacen") em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

O Bancoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil ("Sicoob"). As cooperativas centrais também constituíram a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação com a finalidade de prestar serviços de representação, supervisão, padronização de procedimentos operacionais e implantação do sistema de controle interno e serviços de tecnologia da informação.

Dentre os serviços prestados pelo Bancoob, destacam-se a disponibilização da conta de reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques e outros papéis.

O descaimento entre passivos e ativos circulantes, no balanço patrimonial individual e consolidado, no valor de R\$ 2.380 bilhões, em 31 de dezembro de 2013, não oferece risco em função do que segue: i) a maior parte do ativo de longo prazo, ou seja, 52,20% constituem-se de títulos públicos federais de elevada liquidez; ii) a maior parte da captação do Banco é feita por meio de certificado de depósito interfinanceiro das cooperativas de crédito, acionistas do Banco; iii) realizamos testes periódicos que demonstram a estabilidade/renovação do passivo de curto prazo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas ("demonstrações contábeis") são de responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das S.As., associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Na elaboração das demonstrações contábeis, o Bancoob adotou as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem, além dos saldos contábeis do Banco, os da BANCOOB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e da Ponta Administradora de Consórcios Ltda. Foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre controladas e controlador.

A Diretoria colegiada do Bancoob aprovou as demonstrações contábeis em reunião realizada em 04 de fevereiro de 2014, e o Conselho de Administração autorizou a publicação em reunião realizada em 11 de fevereiro de 2014.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível e a valorização de títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

c. Moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pelo Bancoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

ii. Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento, baseado em estudos de capacidade financeira, sendo contabilizado ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

iii. Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como "títulos para negociação" nem como "mantidos até o vencimento". Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado do ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata* dia com observância do regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, em atendimento à Circular nº 3.082/01 do Banco Central, são avaliados pelo valor de mercado no mínimo por ocasião dos balancetes mensais e dos balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas diretamente em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros derivativos.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

h. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a análise e a classificação do tomador e da operação e observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. A Resolução requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o de menor risco e "H" o de maior risco.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação classificada como de risco nível "H" é transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, somente decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada com prejuízo passa a ser classificada como de risco nível "H". Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 8c.

i. Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, sendo as participações societárias em controladas e coligadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

j. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, observadas as seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 1,67%, equipamentos de uso - 10%, veículos e processamento de dados - 20%.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado de acordo com despesa quando incorrido.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

k. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%. Também são objetos de avaliação anual sobre redução ao valor recuperável.

l. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m. Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, *pro rata* dia.

n. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

o. Plano de previdência

O plano de previdência instituído pelo Bancoob possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do período.

p. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social, à alíquota de 15%,

tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

Os créditos tributários foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima e são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 3.059/02, alterada pela 3.355/06. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Bancoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

• **Causas judiciais** - São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.

• **Obrigações legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Bancoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

r. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

s. Pronunciamentos Técnicos - CPCs

O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, que estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 - Evento Subsequente
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Os demais Pronunciamentos Técnicos publicados serão adotados quando aprovada a sua adoção pelo Banco Central do Brasil.

4. Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa, apresentados na demonstrações fluxos de caixa, estão constituídos por:

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Caixa				
Disponibilidades (Nota 5)	3.743	9.538	3.744	9.542
Moeda nacional	79	2.876	80	2.880
Moeda estrangeira	3.664	6.662	3.664	6.662
Equivalentes de caixa				
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias) - (Nota 6)	3.488.014	2.520.496	3.488.014	2.520.496
Total	3.491.757	2.530.034	3.491.758	2.530.038

5. Disponibilidades

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Moeda nacional	79	2.876	80	2.880
Moeda estrangeira	3.664	6.662	3.664	6.662
Total	3.743	9.538	3.744	9.542

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	BANCO				CONSOLIDADO				
	Vencimento				Total	Total	Total	Total	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	2013	2012	2013	2012
Aplicações em operações compromissadas	3.334.827	201.849	213.583	1.245.794	-	4.996.053	4.223.097	4.996.053	4.223.097
Re vendas a liquidar - Posição bancada	2.329.395	63.033	162.357	1.074.065	-	3.628.850	3.165.777	3.628.850	3.165.777
Re vendas a liquidar - Posição financiada	1.005.432	138.816	51.226	171.729	-	1.367.203	1.057.320	1.367.203	1.057.320
Aplicações em depósitos interfinanceiros	162.952	307.531	129.627	687.762	28.299	1.316.171	1.069.578	1.316.171	1.069.578
Total	3.497.779	509.380	343.210	1.933.556	28.299	6.312.224	5.292.675	6.312.224	5.292.675
Circulante	-	-	-	-	-	6.283.925	5.292.675	6.283.925	5.292.675
Não Circulante	-	-	-	-	-	28.299	-	28.299	-

Receitas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

- Classificadas na demonstração de resultado com resultado de operações de títulos e valores mobiliários.

	BANCO		
	2º Semestre 201		

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	3.728.309	3.757.864	3.731.390	3.761.327
Valor de curva atualizado dos títulos mantidos até o vencimento	85.837	11	85.837	11
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7b)	-	256	-	256
Total	3.814.146	3.758.131	3.817.227	3.761.594

Nos exercícios de 2013 e de 2012 não ocorreram reclassificações de títulos entre as categorias. Em 31 de dezembro de 2013, o Bancoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 2.531.519 (2012 - R\$ 1.916.306), sendo principalmente:

- R\$ 1.940.066 referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito.
- R\$ 580.904 (2012 - R\$ 1.905.236) referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões.
- R\$ 7.394 (2012 - R\$ 7.110) em títulos públicos por ordem judicial expedida pela 11ª Vara Cível de Vitória - ES, em razão de restituição de depósitos efetuados em cooperativas de crédito. Com base na avaliação dos consultores jurídicos, os processos que originaram os referidos bloqueios judiciais foram classificados como risco de perda remota, nos termos da Resolução nº 3.823/09, do CMN (vide Nota 3q).

b. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos do Bancoob correspondem a operações de financiamentos de termo de ações, negociadas na BM&FBOVESPA, conforme apresentado a seguir, e que são realizadas com o objetivo de maximizar o resultado dos recursos disponíveis aplicados por meio da geração de rendimento prefixado:

Posição comprada	Contraparte	2012		
		Valor de referência	Valor de curva	Valor de Mercado
0 a 30 dias	Bolsa	254	254	254
31 a 90 dias	Bolsa	2	2	2
Total		256	256	256

A estrutura dessas operações tinha como característica estabelecer um rendimento prefixado para os recursos aplicados, e tais rendimentos eram apropriados *pro rata* dia a dia ao resultado. Nas situações em que a contraparte liquidar a operação antes do vencimento, o valor que seria apropriado *pro rata* dia era integralmente reconhecido como receita na data da liquidação.

No 1º semestre de 2013 as operações com Derivativos foram encerradas e o resultado foi R\$ 30.

c. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	BANCO	
	2º Semestre 2013	2012
Rendas com Títulos de Renda Fixa	160.110	276.404
Rendas de Aplicações de Fundos de Investimentos	2.954	6.746
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6)	302.267	533.527
Total	465.331	816.677

8. Operações de crédito

a. Composição da carteira de operações de crédito

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2013	2012
Empréstimos e títulos descontados	413.046	345.393
Financiamentos	635.838	498.495
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.673.012	4.257.343
Subtotal	6.721.896	5.101.231
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(34.054)	(33.699)
Total	6.687.842	5.067.532
Circulante	4.167.880	3.235.762
Não Circulante	2.519.962	1.831.770

b. Composição da carteira por setor de atividade e prazo de vencimento

	BANCO E CONSOLIDADO						
	Vencidas		A vencer			Total	
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	2013	2012
Rural	55	523.751	3.278.209	1.316.388	358.953	5.673.012	4.257.343
Intermediários financeiros	269	28.519	78.724	188.495	106.908	26.579	429.494
Pessoas físicas	13.903	68.297	70.901	127.826	48.781	121	329.829
Outros serviços	3.087	37.672	77.139	101.272	43.472	26.919	289.561
Total	17.314	658.239	3.504.973	1.733.981	558.114	249.275	6.721.896

c. Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por níveis de risco

Risco	BANCO E CONSOLIDADO					
	2013	2012				
	Percentual	Saldo da carteira	% da provisão	Saldo da carteira	% da provisão	Valor da provisão
AA	0,00%	4.521.987	67,27	-	3.657.510	71,70
A	0,50%	1.878.251	27,94	9.391	1.238.620	24,28
B	1,00%	235.741	3,51	2.358	142.122	2,79
C	3,00%	39.348	0,59	1.180	27.730	0,54
D	10,00%	17.955	0,27	1.795	6.628	0,13
E	30,00%	10.969	0,16	3.291	3.184	0,06
F	50,00%	2.084	0,03	1.042	2.673	0,05
G	70,00%	1.881	0,03	1.317	1.552	0,03
H	100,00%	13.680	0,20	13.680	21.212	0,42
Total		6.721.896	100,00	34.054	5.101.231	100,00

d. Concentração das operações de crédito

	BANCO E CONSOLIDADO			
	2013	2012		
10 maiores devedores	2.305.460	34,30	1.807.225	35,43
50 devedores seguintes	1.563.660	23,26	1.115.689	21,87
100 devedores seguintes	750.381	11,16	593.644	11,64
Demais	2.102.395	31,28	1.584.673	31,06
Total	6.721.896	100,00	5.101.231	100,00

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2º Semestre 2013	Exercício 2012
Saldo no início do semestre/ exercício	37.748	33.699
Constituição/(reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(618)	5.307
Operações de crédito baixadas para prejuízo	(3.076)	(4.952)
Saldo no final do semestre/exercício	34.054	34.054

Os créditos renegociados no exercício de 2013 totalizaram R\$ 62.395 (2012 - R\$ 7.950) e decorrem das operações de Crédito Consignado, Empréstimos, Crédito Rural e Funcafé. Dos valores renegociados, R\$ 62.000 representam contratos de Crédito Rural e Funcafé que foram renegociados por força normativa através de resoluções do CMN e R\$ 399 (2012 - R\$ 7.950), correspondem a contratos renegociados por inadimplência. A recuperação de créditos baixados como prejuízo no exercício de 2013 totalizou R\$ 1.290 (2012 - R\$ 1.710).

No exercício houve reclassificação de operação que estava classificada em "H" para "E", gerando uma reversão de provisão no valor de R\$4.836.

f. Receitas de Operações de Crédito

	BANCO		Ano
	2º Semestre 2013	2012	
Empréstimos e títulos descontados	43.804	83.645	65.363
Financiamentos	23.212	43.912	43.997
Financiamentos rurais e agroindustriais	183.894	336.763	289.740
Subtotal	250.910	464.320	399.100
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	637	1.274	1.554
Total	251.547	465.594	400.654

9. Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

Créditos tributários
Em 31 de dezembro de 2013, o Bancoob possuía créditos tributários registrados em Outros créditos (Nota 21a), no montante de R\$ 21.389 (2012 - R\$ 19.719), que são originários de diferenças intertemporais entre o resultado contábil e fiscal.

a. Composição

Natureza e origem	BANCO E CONSOLIDADO	
	2013	2012
Provisão para COPS	6.971	6.971
Provisão perdas para créditos de liquidação duvidosa	38.689	34.938
Provisão passivos civis e trabalhistas	1.099	1.483
Provisão para Participação nos Resultados	3.397	3.095
Ajuste a valor de mercado (TVM)	40	78
FCTS 50% - Diretoria	564	438
Bonificação Cartão	839	466
Honorários Advocatícios	1.711	1.711
Outras provisões	163	117
Montante	53.473	49.297
Aliquotas	25%	25%
Créditos tributários constituídos	13.368	12.324

b. Movimentação

	BANCO E CONSOLIDADO			
	2013	2012		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31 de dezembro				
Crédito tributário (ativo)	12.324	7.395	10.039	6.024
Imposto diferido (passivo)	(35)	(21)	(31)	(19)
	12.289	7.374	10.008	6.005
Ajuste em resultado	1.053	632	2.266	1.359
Créditos tributários constituídos	3.881	2.329	3.308	1.985
Créditos tributários baixados	(2.828)	(1.697)	(1.043)	(626)
Ajuste em patrimônio líquido (TVM)	(84)	(51)	15	10
Créditos tributários constituídos	321	192	107	107
Créditos tributários baixados	(330)	(198)	(148)	(89)
Movimentação do imposto diferido	(75)	(45)	(4)	(2)
Movimentação	969	581	2.281	1.369
Saldo em 31 de dezembro				
Crédito tributário (ativo)	13.368	8.021	12.324	7.395
Imposto diferido (passivo)	(110)	(66)	(35)	(21)
	13.258	7.955	12.289	7.374

c. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo realizado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 5 anos, assim distribuídos:

BANCO E CONSOLIDADO	2013	
	Valor nominal	Valor presente
2014	8.211	7.426
2015	3.282	2.672
2016	3.392	2.503
2017	3.139	2.108
2018	3.365	2.065
Total de créditos tributários	21.389	16.774

O valor presente do crédito tributário foi apurado considerando-se a taxa Selic projetada para os anos de realização.

d. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado.

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	73.625	88.820	73.625	88.820
Resultado de participações em controladas	(2.886)	(3.132)	(2.886)	(3.132)
Participação de empregados nos lucros	(3.909)	(3.319)	(3.909)	(3.319)
Base de cálculo	66.830	82.369	66.830	82.369
Alíquota de tributação	25%	15%	25%	15%
	16.708	10.225	20.592	12.355
Efeito tributário sobre diferenças temporárias	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	938	563	1.454	873
Provisões fiscais, civis e trabalhistas	(96)	(58)	(11)	(7)
Demais provisões	211	127	513	308
	1.053	632	1.956	1.174
Efeito Tributário sobre diferenças permanentes	(1.934)	(1.146)	581	363
Prejuízo fiscal/Base negativa à compensar	-	-	-	-
Patrocínios/Doação FDCA	(380)	-	(312)	-
PAT	(377)	-	(532)	-
Prorrogação Licença Maternidade	(63)	-	(90)	-
	(820)	-	(934)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	15.007	9.511	22.195	13.892

10. Participações em empresas controladas

Os investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e estão registrados no "Ativo não circulante - investimentos". Os ajustes decorrentes da equivalência patrimonial foram incluídos no grupo "Resultado de participações em controladas".

Banco

Discriminação	Data-Base	Capital Patrimônio		Resultado no exercício	Participação % de quotas	Resultado de equivalência	Ágio em				
		Social	Líquido				Investimentos	BANCO	CONSOLIDADO		
		Realizado	Ajustado			2ºSemestre	Exercício	2013	2012	2013	2012
						2013	2012	2013	2012	2013	2012
Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (*)	31/12/2013	2.170	2.825	609	99,9994	2.000.000	378	609	540	-	-
Cabal Brasil Ltda. (**)	31/12/2013	7.435	14.166	2.256	51	7.435.270	593	1.150	1.312	-	-
Ponta Administradora de Consórcios Ltda. (***)	31/12/2013	6.191	5.622	1.127	99,99	6.191.000	361	1.126	1.280	460	1.703
Total							1.332	2.885	3.132	460	1.703

(*) Administradora e gestora de fundos de investimento, cujo patrimônio administrado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$1.776.197 (2012 - R\$ 1.454.225).

(**) Operadora de cartões de crédito Mastercard, Visa e Cabal dentro do sistema Sicoob.

(***) Administradora de consórcios.

11. Imobilizado

	BANCO					CONSOLIDADO	
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Imobilizado Total	Imobilizado Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.010	49.758	4.042	1.017	513	58.340	58.422
Aquisição	-	-	647	322	157	1.126	1.149
Alienação	-	-	(329)	(48)	(57)	(434)	(434)
Depreciação	-	(878)	(778)	(462)	(101)	(2.219)	(2.240)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3.010	48.880	3.582	829	512	56.813	56.897
Custo total	3.010	52.904	7.445	9.252	842	73.453	74.129
Depreciação acumulada	-	(4.024)	(3.863)	(8.423)	(330)	(16.640)	(17.232)
Valor residual	3.010	48.880	3.582	829	512	56.813	56.897
Saldos em 31 de dezembro de 2012							

estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no exercício. Os depósitos judiciais estão registrados em "Outros Créditos – Diversos".

	BANCO				CONSOLIDADO			
	2013		2012		2013		2012	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Fiscais	7.105	7.104	7.105	7.104	7.105	7.109	7.105	7.104
Trabalhistas	318	386	428	1.201	368	386	428	1.201
Cíveis	110	713	110	282	110	813	110	667
Total	7.533	8.203	7.643	8.587	7.583	8.308	7.643	8.972

Movimentação das provisões para causas judiciais

	BANCO				CONSOLIDADO			
	2013		2012		2013		2012	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total	Total	Total	
Saldo inicial em 31 de dezembro	7.104	1.201	282	8.587	8.632	8.972	8.899	
Constituições no exercício	-	1.782	641	2.423	1.331	1.786	1.612	
Reversões no exercício	-	(2.597)	(210)	(2.807)	(1.376)	(2.450)	(1.539)	
Saldo final em 31 de dezembro	7.104	386	713	8.203	8.587	8.308	8.972	

A provisão para riscos fiscais está registrada em Outras Obrigações – fiscais e previdenciárias (Notas 21b) e as provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão registradas em Outras Obrigações – Diversas (Nota 21b).

Natureza das ações classificadas como “risco de perda provável”

- Trabalhistas** – Referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.
- Cíveis** – Referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

b. Contingências classificadas como “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: (i) ações cíveis que discutem a solidariedade do Bancoob quanto a depósitos feitos em cooperativas; (ii) ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Bancoob por erro cometido por cooperativa; (iii) ações de natureza trabalhista; (iv) ações administrativas fiscais previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos).

Saldo dos passivos contingentes classificados como “risco de perda possível”

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Trabalhistas	4.428	3.356	5.179	3.356
Fiscais/Previdenciárias	987	1.137	987	1.137
Cíveis	24.540	22.250	24.673	22.250
Total	29.955	26.743	30.839	26.743

c. Contingências classificadas como “risco de perda remota”

A Receita Federal questiona, por meio de autuação fiscal, o valor deduzido pelo BANCOOB em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo BANCOOB, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do Banco. O BANCOOB apresentou impugnação fiscal e o processo encontra-se em trâmite perante o CARF, sem que haja decisão transitada em julgado.

Com base nas recomendações dos advogados internos e externos e considerando que não há decisão final do CARF sobre a autuação fiscal, o processo foi classificado como perda remota.

d. Cofins – Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

Em novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória nº 627, alterando o art. 39 da Lei nº 12.865/13 (instituiu o programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários - REFIS, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718/98, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras), concedendo anistia de 100% quanto às multas de mora e juros pela adesão ao REFIS, em contrapartida da desistência das ações judiciais e administrativas em curso por parte do contribuinte que discutiam a base de cálculo do PIS e da Cofins.

Em 29 de novembro de 2013, o BANCOOB aderiu ao REFIS, recolhendo o valor à vista, de 29.474 mil, registrado na rubrica “Despesas de Contribuição ao Cofins”.

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é composto atualmente por 304.267.025 ações (2012–239.576.793), sendo 152.968.437 ações ordinárias (2012–119.819.261) e 151.298.588 ações preferenciais (2012–119.757.532), todas sem valor nominal.

b. Reserva de capital

O saldo de R\$ 44 refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

c. Reserva de lucros

O estatuto do Bancoob destina 5% do lucro líquido ajustado do exercício à formação de reserva de lucros. Foram destinados R\$ 2.344 em 2013 (R\$ 2.652 em 2012). Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 42.195 (R\$ 47.735 em 2012), a ser destinada na próxima assembleia.

d. Dividendos

O estatuto do Bancoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício. Foram provisionados dividendos no montante de R\$ 2.344, equivalentes a R\$ 7,70 por lote de mil ações (2012 - R\$ 2.652, equivalentes a R\$ 11,07 por lote de mil ações). No semestre findo em 31 de dezembro de 2013, os dividendos são de R\$ 912.

e. Ajuste a valor de mercado

Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda, conforme requerido pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, líquidos dos efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social (Nota 9a).

19. Instrumentos híbridos de capital e dívida

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, o Bancoob detém recursos captados das cooperativas centrais, por meio de “Instrumentos híbridos de capital e dívida”, cujo valor atualizado, em 31 de dezembro de 2013, corresponde a R\$ 20.549 (2012 - R\$ 37.272).

Esses títulos são remunerados pela variação do CDI, emitidos sem vencimento, registrados em “Outras obrigações - Instrumentos híbridos de capital e dívida” e as despesas por sua atualização em “Despesas da intermediação financeira - Operações de captação no mercado”. As despesas com atualização dos instrumentos em 2013 somaram R\$1.607 (2012 - R\$ 2.878). Conforme estabelecido na referida Resolução, os recursos captados poderão ser usados para a absorção de possíveis prejuízos futuros do Bancoob.

20. Limites operacionais - Acordo da “Basileia”

O patrimônio líquido do Bancoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos.

	BANCO						CONSOLIDADO					
	Basileia III		Basileia II		Basileia III		Basileia II		Basileia III		Basileia II	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Patrimônio de referência de nível I	580.839	576.931	467.036	467.036	580.839	576.931	467.037	467.037	580.839	576.931	467.037	467.037
Capital Principal	580.839	576.931	467.036	467.036	580.839	576.931	467.037	467.037	580.839	576.931	467.037	467.037
Patrimônio Líquido	580.839	573.968	463.681	463.681	580.839	573.968	463.682	463.682	580.839	573.968	463.682	463.682
Redução dos ganhos/perdas de ajuste valor de mercado	-	2.963	3.355	3.355	-	2.963	3.355	3.355	-	2.963	3.355	3.355
Patrimônio de referência de nível II	18.494	17.122	33.917	33.917	18.494	17.122	33.917	33.917	18.494	17.122	33.917	33.917
Redução dos ganhos/perdas de ajuste valor de mercado	-	(2.963)	(3.355)	(3.355)	-	(2.963)	(3.355)	(3.355)	-	(2.963)	(3.355)	(3.355)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (2)	18.494	20.085	37.272	37.272	18.494	20.085	37.272	37.272	18.494	20.085	37.272	37.272
Patrimônio de referência (a)	599.333	594.053	500.953	500.953	599.333	594.053	500.954	500.954	599.333	594.053	500.954	500.954
Risco de Crédito	4.462.916	4.230.927	3.419.746	3.419.746	4.462.916	4.229.007	3.416.853	3.416.853	4.462.916	4.229.007	3.416.853	3.416.853
Risco de mercado	26.622	25.491	33.469	33.469	26.622	25.491	33.469	33.469	26.622	25.491	33.469	33.469
Risco operacional	386.976	386.938	314.063	314.063	386.976	386.938	314.063	314.063	386.976	386.938	314.063	314.063
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (3)	4.876.514	4.643.356	3.767.278	3.767.278	4.876.514	4.641.436	3.764.385	3.764.385	4.876.514	4.641.436	3.764.385	3.764.385
Índice da Basileia (a/b)	12,29%	12,79%	13,30%	13,30%	12,29%	12,80%	13,31%	13,31%	12,29%	12,80%	13,31%	13,31%
Capital nível I	11,91%	12,42%	12,40%	12,40%	11,91%	12,43%	12,41%	12,41%	11,91%	12,43%	12,41%	12,41%
Capital principal	11,91%	12,42%	12,40%	12,40%	11,91%	12,43%	12,41%	12,41%	11,91%	12,43%	12,41%	12,41%
Capital nível II	0,38%	0,37%	0,90%	0,90%	0,38%	0,37%	0,90%	0,90%	0,38%	0,37%	0,90%	0,90%
Risco banking (RBA)	199.880	167.772	147.401	147.401	199.880	167.772	147.401	147.401	199.880	167.772	147.401	147.401
Índice da Basileia amplo	11,81%	12,35%	12,80%	12,80%	11,81%	12,35%	12,81%	12,81%	11,81%	12,35%	12,81%	12,81%

- A partir de outubro de 2013, o patrimônio de referência passou a ser apurado com base na Resolução nº 4192/13 do CMN;
- Até setembro de 2013, os valores foram apurados conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN e, a partir de outubro de 2013, o valores foram apurados com base na Resolução nº 4.192/13 do CMN;
- Para efeito de comparabilidade, ajustamos a “Alocação de capital mínimo exigido” de períodos anteriores, visto que passamos a apresentar as parcelas correspondentes do “Ativo ponderado pelo risco - RWA”.

21. Outros desdobramentos das demonstrações contábeis

a. Composição de relações interfinanceiras

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
	Direito junto a participantes de sistemas de liquidação	566	577	566
Recolhimento recurso crédito rural - Bacen - MCR 6-2 (*)	91.682	-	91.682	-
Reservas compulsórias em espécie no Bacen	23.193	24.396	23.193	24.396
Bacen - Recolhimentos obrigatórios	348.561	249.808	348.561	249.808
Relações com correspondentes	53	33	53	33
Total	464.055	329.628	464.055	329.628
Circulante	464.055	329.628	464.055	329.628
Não Circulante	-	-	-	-

(*) Valor referente à deficiência da exigibilidade de aplicação dos recursos de Crédito Rural - MCR 6-2.

Passivas

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
	Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação	25.272	11.912	25.272
Total	25.272	11.912	25.272	11.912
Circulante	25.272	11.912	25.272	11.912
Não Circulante	-	-	-	-

b. Composição de outros créditos - Diversos

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
	Depósitos em garantia (a)	7.534	7.643	7.585
Depósito garantia Mastercard	-	163	-	163
Créditos tributários (Nota 9)	21.389	19.719	21.389	19.719
Valores a receber de cooperativas (b)	4.400	3.495	4.400	3.495
Tributos a compensar	23.855	18.938	24.748	19.753
Valores a receber de cartões de crédito (c)	587.476	166.771	587.476	166.771
Títulos e créditos a receber (d)	33.305	35.090	33.305	35.090
Adiantamentos e antecipações salariais	2.308	2.040	2.434	2.156
Adiantamentos por conta de imobilizações	93	546	102	546
Pagamentos a ressarcir	14.404	13.830	14.926	14.315
Valores a receber BNDES	1	728	1	728
Valores a receber Sicoob Brasil	253	2.208	253	2.208
Valores a receber Funcafé (e)	7.688	16.003	7.688	16.003
Outros	24.795	6.028	25.642	7.310
Total	727.501	293.202	729.949	295.900
- Circulante	682.950	236.383	684.915	238.722
- Não circulante	44.551	56.819	45.034	57.178

- Inclui depósito judicial registrado em Outros créditos – Diversos, no circulante, no valor de R\$ 7.105 (2012 - R\$ 7.105) relativo à diferença apurada entre os recolhimentos efetuados para a COFINS, em decorrência de liminar concedida, e o exigido nos termos do art. 3º da Lei nº 9.718/98 (Nota 17a).
 - Referem-se a serviços bancários realizados pelo Bancoob às cooperativas participantes do sistema de compensação e que são liquidados no mês subsequente à prestação do serviço.
 - Refere-se às transações com cartão de crédito Cabal/Mastercard efetuadas pelos portadores de cartões.
 - Refere-se, preponderantemente, a valores a receber pela venda de bens ao Sicoob Confederação, no valor de R\$ 30.818, sendo:
 - Venda de ativos de tecnologia da informação** - Em 29 de setembro de 2008, celebraram entre si o Bancoob e a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Brasil contrato de venda de ativos de tecnologia da informação, contemplando aquisição de hardware e software e promessa de cessão de contratos de licenças de software, contratos de terceiros e outras avenças, com encerramento dos recebimentos em setembro de 2018. O saldo devedor total da dívida é de R\$ 11.075 em 31 de dezembro de 2013.
 - Venda de bens imóveis** - Em 30 de dezembro de 2008, foi realizada venda de salas e do CPD do edifício-sede do Bancoob:
 - “Promessa de compra e venda de imóvel” entre o Bancoob e a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Brasil, com encerramento dos recebimentos em novembro/2003.
- O saldo devedor total da dívida é de R\$ 19.743 em 31 de dezembro de 2013.
- Refere-se aos valores a receber relativos ao spread das operações com recursos do Funcafé.

c. Fiscais e previdenciárias

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Provisão para imposto de renda	15.007	22.195	15.449	22.626
Provisão para contribuição social	9.511	13.892	9.742	14.109
Tributos a recolher sobre serviços de terceiros	599	479	605	495
Tributos e contribuições sobre salários	2.079	1.785	2.271	2.279
Tributos e contribuições diferidos	-	-	-	-
(Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários) (Nota 18e)	176	56	176	56
Provisão para riscos fiscais (Nota 17a)	7.104	7.104	7.104	7.104
Outros tributos a recolher	3.005	1.643	3.464	1.790
Total	37.481	47.154	38.811	48.459 </

b. Seguros

O Bancoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

c. Garantias prestadas

As garantias concedidas às cooperativas integrantes do Sicoob, mediante encargos financeiros, relativas a avais e fianças totalizam, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 5.920(2012 - R\$ 10.968).

d. Benefícios a empregados

Previdência complementar
O Bancoob é patrocinador da Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência, complementares aos da previdência oficial básica, na modalidade de contribuição definida. Em 31 de dezembro de 2013, a Sicoob Previ contava com 402 participantes ativos (2012 - 388), cuja contribuição totalizou R\$ 1.019 (2012 - R\$ 901).

e. Participação nos lucros

O Bancoob oferece a seus funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho. No 2º semestre e no exercício de 2013, foram provisionados os valores de R\$ 1.837 e R\$ 3.909, respectivamente (2012 – R\$ 3.319), consolidado – R\$ 1.863 e R\$ 4.006 (2012 – R\$ 3.390), registrado em Provisão para Participações nos Lucros.

f. Fiscalização

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consoante legislação específica aplicável.

g. Alterações na Legislação Tributária

Foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), em 11 de novembro de 2013, alterando a Legislação Tributária Federal sobre os tributos: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. A MP 627 dispõe principalmente sobre a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais. A MP ainda não foi convertida em lei e em avaliação preliminar não trouxe impacto relevante para aInstituição.

24. Gerenciamento de riscos

a. Risco operacional

As diretrizes para gestão de riscos operacionais encontram-se registradas na Política de Gerenciamento de Riscos Operacionais, que foi aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco.

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos e Riscos, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. Os resultados são apresentados ao Colegiado da Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA), Vide Nota 20.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional.

b. Riscos de mercado e de liquidez

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob, incluindo o Banco. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 11º da Resolução CMN 3.721/09.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez do Banco é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez define a adoção dos seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado;
- b) análise de descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
- c) limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtests dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) limite mínimo de liquidez;
- f) projeção do fluxo de caixa para 90 dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress;
- h) planos de contingência.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.464/07, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

c. Risco de crédito

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Crédito que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob, incluindo o Banco. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 11º da Resolução CMN 3.721/09.

O risco de crédito decorre da probabilidade de uma contraparte não honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de atribuição de limites de crédito, visando manter a boa qualidade de sua carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos de classificação de riscos, garantindo a constante atualização dos pesos e das variáveis consideradas.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d) procedimentos para a recuperação de créditos;
- e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema.

As normas internas de gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de risco de crédito.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/09, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

25. Estrutura de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital no Bancoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o Bancoob aderiu formalmente por decisão da Diretoria e do Conselho de Administração.

Além de dispor de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Bancoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/11, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de capital.

26. Evento Subsequente

Alinhado ao Planejamento Estratégico do Sicoob (2013-2015) que, entre seus objetivos, destaca a criação de soluções para que as cooperativas tenham acesso a um portfólio completo de produtos e serviços, visando ao pleno atendimento às necessidades de seus associados, em 08/01/2014, o Conselho de Administração do Bancoob aprovou a assinatura de um acordo operacional entre o Bancoob e a First Data do Brasil Soluções de Pagamento Ltda, empresa pertencente ao grupo First Data Corporation, líder global em soluções de processamentos de pagamentos e comércio eletrônico, para atuação conjunta no mercado brasileiro de adquirencia.

A nova operação deve iniciar suas atividades já no 1º semestre de 2014 ofertando para lojistas, comerciantes e profissionais liberais uma nova rede captura de transações financeiras realizadas com cartões de crédito e de débito das principais bandeiras do mercado.

Atividades

6.O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares:

- a) promoveu, no 2º semestre de 2013, 6 reuniões ordinárias;
- b)atuiu com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores independentes, dos auditores internos e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;
- c)acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis, avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas, examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
- d)promoveu reuniões com a Diretoria e os Conselhos de Administração e Fiscal e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;
- e)acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Independente realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers; gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de liquidez e de crédito; prevenção à lavagem de dinheiro e gestão de continuidade de negócios;
- f)apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração; e
- g)avaliou o grau de aderência das atividades executadas pelo Comitê de Auditoria aos normativos vigentes e identificou oportunidades de melhorias que foram aprovadas pelo Conselho de Administração e implantadas no 2º semestre de 2013.

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

7.Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gestão de riscos no Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.

8.No 2º semestre de 2013, não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos funcionários.

9.O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados à gestão de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Bancoob, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

Auditoria Independente

10.Os auditores independentes contratados – PricewaterhouseCoopers – PwC – apresentaram, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e independência da auditoria.

11.O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Independente, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2013.

Auditoria Interna

12.Em conformidade com o planejamento anual aprovado, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos residuais que possam afetar a solidez e continuidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Bancoob.

13.O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Demonstrações Contábeis

14.Foram analisados os procedimentos de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

15.O Comitê de Auditoria conclui que as demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2013 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no País e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Bancoob naquela data, recomendando, assim, a aprovação pelo Conselho de Administração.

Brasília, 06 de fevereiro de 2014.

Rubens Rodrigues Filho Coordenador	Ênio Meinen	Marcus Guilherme Andrade de Freitas
---------------------------------------	-------------	-------------------------------------

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Cooperativo do Brasil S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações contábeis consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers –, declara que os atos da administração estão representados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis consolidadas examinadas, a posição patrimonial e financeira do Bancoob – Banco Cooperativo do Brasil S/A.

Brasília – DF, 11 de fevereiro de 2014.

Carlos A. de Macedo Chiaraba Presidente do Conselho	Persio Marco Antonio Davison Secretário do Conselho	Francisco Greselle Conselheiro	Siguetoci Matusita Conselheiro	Vandervall Lima Ferreira Conselheiro
--	--	-----------------------------------	-----------------------------------	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB (“BANCOOB” ou “Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB e suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do BANCOOB é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira do Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e o exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 “F” DF	Geovani da Silveira Fagunde Contador CRC 1MG051926/O-0 “S” DF
---	--



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA
Henrique Castilhana Vileares - Presidente do Conselho Geraldo Souza Ribeiro Filho - Conselheiro Ivan Capra - Conselheiro Ivo Azevedo de Brito - Conselheiro José Salvinio de Menezes - Conselheiro Luiz Gonzaga Viana Lage - Conselheiro Manoel Messias da Silva - Conselheiro Miguel Ferreira de Oliveira - Conselheiro Rui Schneider da Silva - Conselheiro	Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente Ênio Meinen - Diretor Marcus Guilherme Andrade de Freitas - Diretor Rubens Rodrigues Filho - Diretor
	CONTADOR
	Primo João Cracco CRC-SP 149.703/O - S - DF

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2013

Introdução

1. O Comitê de Auditoria do Bancoob é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.
- 2.Além do Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Bancoob: Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM e Ponta Administradora de Consórcios Ltda.
- 3.A administração do Bancoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado Financeiro são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivos e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
- 4.A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos em todas as empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.
- 5.A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria independente contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Bancoob e das empresas que integram o Conglomerado Financeiro. Cabe à Auditoria Independente:
 - a)opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e
 - b)avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos no contexto dos trabalhos de auditoria sobre as demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.